Proc. TC-009.828/2011-7
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal em desfavor dos Srs. José Wilame Barreto Alencar, Cícera Evaniria de Oliveira e Elidiana Maria de Carvalho, Prefeito, ex-Secretária de Educação e ex-Secretária de Administração do Município de Mombaça, respectivamente, por força de determinação constante do Acórdão nº 1.546/2011-2ª Câmara, proferido no bojo do TC 015.627/2009-7, onde foram apuradas irregularidades concernentes à gestão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no exercício de 2007, no montante de R\$ 8.755.659,18.

A Secex/CE, em sua última intervenção processual, examinou as alegações de defesa produzidas pelo município de Mombaça, bem assim as alegações de defesa e razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis **supra**, propondo, em síntese, a rejeição dos mencionados arrazoados, julgando-se irregulares as contas, a fim de condenar os responsáveis acima e o município de Mombaça em débito, além aplicar-lhes individualmente, à exceção do ente público, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, e demais providências de praxe.

Conquanto pareça-nos adequada a proposta apresentada pela unidade técnica, pedimos vênias para dela divergir parcialmente, consoante abaixo passamos a expor.

Convém esclarecer, inicialmente, que o débito em apuração nestes autos decorre, em síntese, das seguintes ocorrências:

- a) Transferências indevidas dos recursos do Fundeb para contas não vinculadas ao fundo no valor de R\$ 4.522.252,73 (quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos);
- b) Pagamento indevido a servidores com lotação fora do âmbito do Fundeb no valor de R\$ 25.410,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e dez reais);
- c) Pagamento indevido a profissionais do magistério em desvio de função no valor de R\$ 27.154,00 (vinte e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais);
- d) Retiradas de valores das contas específicas do Fundeb para pagamento de folha, sem a devida comprovação de que esses recursos foram aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, nos valores de R\$ 36.397,53 (trinta e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos) e R\$ 302,63 (trezentos e dois reais e sessenta e três centavos);

Consoante visto na instrução precedente (peça 32), as transferências indevidas listadas na alínea 'a' **supra** ocorreram em razão do bloqueio judicial de 80% dos saldos das contas do município, nos termos determinados no bojo da ação civil pública 2006.0019.9729-7/0, sendo os aludidos valores transferidos para conta judicial com a finalidade de pagar os servidores municipais e as obrigações contratuais do município.

Posteriormente, com a redução do bloqueio judicial, o município utilizou-se de recursos próprios para pagamento dos servidores da educação, de forma a compensar os saques feitos nas contas do Fundeb, cujo montante, segundo análise da Secex, atingiu a cifra de R\$ 7.360.675,63.

Desse modo, anuímos ao exame empreendido pela Secex/CE quanto a esse ponto, no sentido de acatar as justificativas apresentadas pelos responsáveis.

No que diz respeito à segunda e à terceira ocorrências, consistentes no pagamento a servidores lotados na Biblioteca Pública do Município de Mombaça e a profissionais do magistério com desvio de função, nos valores de R\$ 25.410,00 e R\$ 27.154,00, respectivamente, a Secex a propõe julgar irregulares as contas e condenar em débito solidário os Srs. José Wilame Barreto Alencar e Cícera Evaníria de Oliveira e o Município de Mombaça.

Em que pese a propriedade de tal proposta, perfilhamos entendimento diverso.

Isso porque, em nossa compreensão, a área de atuação dos funcionários que foram pagos com verbas do Fundeb possui proximidade com a área da educação, fato que, aliado à baixa materialidade das despesas efetuadas, desaconselha o encaminhamento pela irregularidade das contas e pela devolução das quantias impugnadas.

Desse modo, pensamos que o Tribunal pode afastar o débito consignado nas aludidas ocorrências.

Ademais, parece-nos de rigor excessivo proposta de condenação dos gestores pelos valores efetivamente despendidos com o efetivo pagamento de funcionários do município, devendo-se cingir tal condenação, caso acatada pelo Tribunal, apenas ao próprio município de Mombaça.

Por outro lado, aderimos à proposta da secretaria instrutiva no que diz respeito à manutenção da impugnação das despesas constantes da quarta ocorrência, consistente na utilização de recursos do Fundeb, na soma de R\$ 36.700,16, para pagamento de folha, sem a comprovação de que esses recursos foram aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, uma vez que a defesa quanto a esse ponto – limitada a afirmar que o valor foi retirado por conta do bloqueio judicial, sendo repassado ao banco para pagamentos de despesas de pessoal –, a qual nem sequer indicou quais foram o(s) beneficiado(s) pelos aludidos pagamentos, nos impede de averiguar se as despesas foram feitas com funcionários atuantes em áreas correlatas à da educação e, por conseguinte, de mitigar a falha.

Nesse contexto, entendemos que a ocorrência deve gerar a rejeição das alegações de defesa da Sra. Elidiana Maria de Carvalho. Quanto ao respectivo débito, que decorre, em última análise, do desvio de finalidade na aplicação da mencionada verba, deve ele recair sobre o município de Mombaça, nos termos do art. 3º da DN/TCU 57/2004, ente público que, por gozar da presunção de boa-fé, deve ter nesta feita suas alegações de defesa rejeitadas, nos moldes previstos no art. 12, §1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 202, §§ 2º e 3º, do RI/TCU, sendo-lhe concedido novo e improrrogável prazo para que recolha a importância devida aos cofres do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), atualizada monetariamente, devendo constar o alerta previsto no art. 202, § 5º, do RI/TCU.

No que tange às audiências endereçadas aos Srs. José Wilame Barreto Alencar, Cícera Evaníria de Oliveira e Elidiana Maria de Carvalho, por estarmos integralmente de acordo com as análises e conclusões formuladas pela secretaria instrutiva, a elas anuímos, julgando desnecessário tecer mais considerações.

Passando à conclusão, vimos que a Secex/CE propôs, em apertada síntese, julgar desde já irregulares as contas e em débito, solidariamente, os responsáveis e o município de Mombaça, aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.

Todavia, ante a nossa proposta de que o débito recaia apenas sobre o município de Mombaça, com a conseqüente concessão de novo e improrrogável prazo ao ente público para que recolha as quantias devidas antes mesmo do julgamento de mérito de suas contas, pensamos ser de melhor alvitre, como forma de equilibrar o estágio processual em relação a todos os gestores e facilitar a adoção de procedimentos eventualmente supervenientes, como, por exemplo, a possível interposição de recursos,

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

que, em vez de julgar desde já as contas dos demais responsáveis, seja o juízo de mérito das presentes contas diferido para a próxima oportunidade.

Ante o acima exposto, renovando vênias por divergir da proposta final da Secex, propomos ao Tribunal que:

a) acolha parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Wilame Barreto Alencar e pela Sra. Cícera Evaníria de Oliveira;

b) rejeite as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Elidiana Maria de Carvalho;

c) rejeite parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo município de Mombaça e, em consequência, fixe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da deliberação que vier a ser adotada, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento aos cofres do Fundeb das importâncias de R\$ 36.397,53 e R\$ 302,63, atualizadas monetariamente desde 10/9/2007 e 19/6/2007, respectivamente, até a data do recolhimento, nos termos dos §1º e §2º do art. 12 da Lei 8.443/1992, c/c o §3º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

d) informe ao município de Mombaça que a liquidação tempestiva do débito acima indicado, atualizado monetariamente, sanará o processo e as respectivas contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU;

e) rejeite parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Wilame Barreto Alencar e Cícera Evaníria de Oliveira;

f) rejeite as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Elidiana Maria de Carvalho;

e) expeça as comunicações de praxe.

Ministério Público, em 05 de dezembro de 2012.

Assinado Eletronicamente
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador